



PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS
TUTELARES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ÁGUA DOCE - SC

EDITAL N. 002/2015 - CMDCA

CADERNO DE PROVAS

ASSINATURA DO CANDIDATO

Execução





PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ÁGUA DOCE - SC

CADERNO DE PROVAS

ORIENTAÇÕES GERAIS

LEIA COM ATENÇÃO AS ORIENTAÇÕES A SEGUIR:

- Você recebeu do fiscal de sala o caderno de prova e o cartão-resposta.
- A prova terá duração de 3 (três) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
- O prazo mínimo de permanência em sala é de 1 (uma) hora.
- Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém questões objetivas de conhecimentos específicos. Verifique se o caderno de prova está em ordem e se o seu nome, CPF e número de inscrição conferem com os que aparecem no cartão-resposta. Caso contrário, comunique imediatamente o fiscal.
- Todas as questões da prova são de múltipla escolha. Para cada uma das questões objetivas são apresentadas quatro alternativas (A, B, C ou D), e somente uma corresponde à alternativa correta. Assinale UMA RESPOSTA: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas marcadas seja a correta.
- No cartão-resposta, a marcação das letras que correspondem às respostas corretas deve ser realizada com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, de forma contínua e densa, cobrindo todo o espaço compreendido pelos círculos. A Leitora Óptica é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente. Exemplo: ●
- CUIDADO COM O CARTÃO-RESPOSTA: não risque, não amasse, não dobre, não suje, pois ele é insubstituível.
- SERÁ ELIMINADO DO PROCESSO SELETIVO o candidato que:
 - a) durante a realização da prova utilizar relógio, telefone celular, qualquer tipo de equipamento eletrônico ou fontes de consultas de qualquer espécie;
 - b) ausentar-se da sala de prova levando consigo o caderno de prova e/ou o cartão-resposta;
 - c) recusar-se a entregar o caderno de prova e/ou cartão-resposta, quando terminar o tempo estabelecido;
 - d) manter ou tentar manter qualquer tipo de comunicação com outros candidatos.
- Os fiscais não estarão autorizados a emitir opinião, nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, exclusivamente, ao candidato interpretar o enunciado da questão e decidir a resposta.
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala o caderno de prova e o cartão-resposta e ASSINE A LISTA DE PRESENÇA. Não é permitido levar o rascunho do gabarito. O candidato visualizará em seu e-mail o cartão-resposta no dia seguinte ao da aplicação da prova.
- Após a realização da prova, o candidato deverá sair imediatamente das instalações físicas do local da prova.
- Os três últimos candidatos permanecem em sala e deverão entregar as provas simultaneamente.
- Na hipótese de ocorrer anulação de questões, elas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.
- O gabarito da prova estará disponível em 10 de agosto de 2015, a partir das 14h, no site da Prefeitura Municipal de Água Doce, SC, e no site da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc).

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990 (com todas as alterações posteriores). Parte Geral: Das Disposições Preliminares; Dos Direitos Fundamentais; Da Prevenção. Parte Especial: Da Política de Atendimento; Das Medidas de Proteção; Da Prática de Ato Infracional; Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável; Do Conselho Tutelar; Do Acesso à Justiça; Dos Crimes e Das Infrações Administrativas.

QUESTÃO 1

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que, para os efeitos daquela Lei, considera-se criança a pessoa até:

- (A) 11 anos de idade incompletos.
- (B) 12 anos de idade incompletos.
- (C) 13 anos de idade incompletos.
- (D) 14 anos de idade completos.

QUESTÃO 2

Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, por meio de prontuários individuais, pelo prazo de:

- (A) 5 anos.
- (B) 10 anos.
- (C) 15 anos.
- (D) 18 anos.

QUESTÃO 3

O Conselho Tutelar pode aplicar aos pais que tenham utilizado, contra criança e adolescente, castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto:

- (A) encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.
- (B) multa de até dez salários mínimos.
- (C) prisão civil de um mês.
- (D) destituição de pátrio poder.

QUESTÃO 4

O poder familiar será exercido:

- (A) em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurada, em caso de discordância, a preferência ao pai para o desempate.
- (B) em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurada em caso de discordância, a preferência à mãe para o desempate.
- (C) em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.
- (D) em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer ao Conselho Tutelar competente para a solução da divergência.

QUESTÃO 5

Sobre a perda ou a suspensão do poder familiar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:

- (A) Pode ocorrer pela falta ou carência de recursos materiais.
- (B) A condenação criminal do pai ou da mãe implicará em todos os casos a destituição do poder familiar.
- (C) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- (D) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas pelo Conselho Tutelar.

QUESTÃO 6

Entende-se por família natural:

- (A) a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- (B) aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- (C) aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por avós e primos.
- (D) aquela que se estende para os avós, tios e irmãos.

QUESTÃO 7

A colocação do menor em família substituta será efetuada sem o consentimento dele até que complete:

- (A) 10 anos de idade.
- (B) 8 anos de idade.
- (C) 12 anos de idade.
- (D) 14 anos de idade.

QUESTÃO 8

Sobre a guarda no Estatuto da Criança e do Adolescente, é INCORRETO afirmar:

- (A) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
- (B) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- (C) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.
- (D) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, com exceção aos pais.

QUESTÃO 9

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre adoção é correto afirmar:

- (A) Podem adotar os maiores de 21 anos, independentemente do estado civil.
- (B) Podem adotar os maiores de 18 anos, mas desde que sejam casados.
- (C) Podem adotar os maiores de 18 anos, independentemente do estado civil.
- (D) Podem adotar os maiores de 21 anos, mas desde que sejam casados.

QUESTÃO 10

O Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe o trabalho a:

- (A) menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- (B) menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- (C) menores de 12 anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- (D) menores de 18 anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

QUESTÃO 11

Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. No entanto, somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável as crianças menores de:

- (A) 12 anos.
- (B) 10 anos.
- (C) 8 anos.
- (D) 14 anos.

QUESTÃO 12

É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

- (A) bebidas sem grau alcoólico.
- (B) fogos de artifício quando pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.
- (C) bilhetes lotéricos e equivalentes.
- (D) motocicletas.

QUESTÃO 13

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. São diretrizes da política de atendimento, EXCETO:

- (A) manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.
- (B) criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis.
- (C) federalização do atendimento.
- (D) criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.

QUESTÃO 14

Os programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes serão realizados por entidades governamentais e não governamentais e reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada:

- (A) dois anos.
- (B) seis meses.
- (C) um ano.
- (D) mês.

QUESTÃO 15

As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, EXCETO propiciar:

- (A) escolarização e profissionalização.
- (B) assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.
- (C) atividades culturais, esportivas e de lazer.
- (D) auxílio previdenciário.

QUESTÃO 16

Entre as medidas específicas de proteção NÃO está:

- (A) acolhimento institucional.
- (B) orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- (C) adoção compulsória.
- (D) colocação em família substituta.

QUESTÃO 17

A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um cadastro contendo informações atualizadas sobre as crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar e institucional sob sua responsabilidade, com informações pormenorizadas sobre a situação jurídica de cada um, bem como as providências tomadas para sua reintegração familiar ou colocação em família substituta. Terão acesso ao cadastro:

- (A) o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.
- (B) o Ministério Público, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.
- (C) apenas o Ministério Público e o Conselho Tutelar.
- (D) o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o órgão gestor da Assistência Social, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, bem como todo cidadão que o requerer.

QUESTÃO 18

A medida socioeducativa de prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral por período não excedente a:

- (A) um mês.
- (B) dois meses.
- (C) três meses.
- (D) seis meses.

QUESTÃO 19

A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Sendo certo afirmar:

- (A) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo, a cada três meses. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.
- (B) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo, a cada seis meses. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a cinco anos.
- (C) A medida comporta prazo determinado de seis meses a três anos.
- (D) A medida comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo, a cada seis meses. O período máximo pode chegar ao da pena aplicada ao fato criminoso.

QUESTÃO 20

São medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis, EXCETO:

- (A) perda da guarda.
- (B) suspensão ou destituição do poder familiar.
- (C) pena de multa.
- (D) destituição da tutela.

QUESTÃO 21

Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de:

- (A) quatro membros, escolhidos pela população local, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
- (B) cinco membros, escolhidos pela população local, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
- (C) cinco membros, escolhidos pela população local, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
- (D) cinco membros, escolhidos pela população local, para mandato de quatro anos, não sendo permitida a recondução, mediante novo processo de escolha.

QUESTÃO 22

Está entre os requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar:

- (A) residir na comarca em que o município estiver inserido.
- (B) ter filiação no partido com maioria na Câmara de Vereadores.
- (C) idade superior a vinte e um anos.
- (D) ter curso superior em assistência social.

QUESTÃO 23

Está entre as atribuições do Conselho Tutelar:

- (A) expedir notificações.
- (B) destituir o pátrio poder.
- (C) aplicar medida socioeducativa de internação ao adolescente infrator.
- (D) decidir sobre a guarda da criança.

QUESTÃO 24

NÃO são impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar:

- (A) marido e mulher.
- (B) ascendentes e descendentes.
- (C) sogro e genro ou nora.
- (D) primos.

QUESTÃO 25

O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado:

- (A) ao Conselho Tutelar.
- (B) aos pais ou responsáveis.
- (C) à autoridade policial competente.
- (D) ao Conselho de Infância e Juventude.